

**CARTA CIRCULAR nº 16**  
**Prot. 01016/99**

**Reflexões sobre o VI CPO**

**Terceira parte**

**OS POBRES, NOSSOS MESTRES**

A todos os frades da Ordem  
e às nossas irmãs Clarissas Capuchinhas

*Estimados irmãos e irmãs,*

***“Venham, vocês, que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome e vocês me deram de comer...”*** (Mt 25, 34b-35).

- 1.1 Poucos textos do Evangelho incidiram sobre a consciência popular como esta passagem de Mateus: foram muitos os cristãos que se inspiraram neste trecho para dedicar-se aos marginalizados. Para a consciência popular “ser cristãos” significa amar e servir os pobres: creio que ninguém tenha construído ou embelezado uma igreja sem ter perguntado e sem ter ouvido perguntar se não teria sido melhor dar o dinheiro aos pobres. Frequentemente a coerência dos ensinamentos da Igreja é julgada pelo modo como ela mesma vive esta passagem do Evangelho de Mateus.
- 1.2 Todavia, a parábola tem um significado mais profundo: está escrito que “todas os povos” estão reunidas diante do Filho do Homem e sabemos como, na linguagem do tempo, a expressão “todas as gentes” se referisse aos pagãos. A parábola coloca uma pergunta implícita: “Como pode um não crente encontrar Cristo e tomar parte no mistério de salvação?” Jesus responde que todos os homens de boa vontade poderão encontrar a Sua presença viva nos famintos, nos sedentos, nos pobres e nos encarcerados, “os meus irmãos menores”. Deste modo a parábola torna-se um forte apelo à Igreja para que revele Jesus aos povos através de uma vida pobre, sem poder e dependente daquele mesmo mundo que foi mandada a salvar. Vêm em mente as palavras deste inspirado Documento do Concílio Vaticano II, a *Lumen Gentium* (8): “Como Cristo realizou a sua obra de redenção na pobreza e na perseguição, também a Igreja é chamada a tomar o mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação”.
- 1.3 O VI Conselho Plenário da Ordem considerou tudo isto como um elemento central na conversão de São Francisco. Notando que “o seu itinerário de conversão teve uma virada decisiva quando o Senhor o conduziu em meio aos leprosos...” a *Proposição* 9 descreve também o processo pelo qual Francisco “saiu do século” como uma transformação pela qual ele “mudou de condição social e residência, emigrando do centro para a periferia de Rivotorto e de Santa

Maria dos Anjos”. Pelo mesmo motivo entre as opções difíceis mas fundamentais necessárias para viver a pobreza franciscana hoje, o VI CPO elenca *“a vida radicada na experiência do povo, particularmente dos pobres”* (Proposição 6).

- 1.4. Já o V Conselho Plenário havia afirmado: “Os oprimidos e excluídos serão nossas irmãs e nossos irmãos e também nossos mestres” (V CPO, 91). A *Proposição 10* do VI CPO, seguindo a lógica de Mt 25, dá um passo em frente e faz uma das afirmações-chave do Conselho Plenário:

*“Reconheçamos que a aproximação da cultura dos pobres nos enriquece do ponto de vista humano e é necessário instrumento hermenêutico para atingir o coração da nossa herança franciscana”* (Proposição 10).

A aproximação da cultura dos pobres é um *instrumento hermenêutico*, isto é, um instrumento que nos ajuda a compreender, a interpretar e viver o coração da herança franciscana que é a nossa pobreza evangélica. Além do mais - e isto é igualmente importante - nós podemos fazer tudo isto de maneira apta a ser compreendida em nosso tempo.

Este instrumento hermenêutico não é uma opção, um “extra” para se pegar ou deixar como e quando queremos: somos obrigados a servir-nos dele para poder testemunhar eficazmente o Evangelho no mundo de hoje. Se deixamos de fazê-lo, não seremos testemunhas de confiança porque não temos compreendido a nossa pobreza: permaneceremos num nível superficial de compreensão da nossa herança franciscana.

Considerando que já temos citado a hermenêutica, na mitologia grega um dos atributos do deus Hermes era o de ilustrar e explicar aos homens os desejos dos deuses. No sentido compreendido pelo VI CPO os pobres representam e incarnam aquelas qualidades que Deus tem no coração e que Ele mesmo deseja ver no seu povo. Se somos chamados a fazer uma “opção preferencial pelos pobres” é porque Deus mesmo, por primeiro, nos demonstrou este amor, incarnado em Jesus e quase instintivamente compreendido por Francisco.

Quando se perguntou a um irmão missionário o que a sua gente pobre via e compreendia melhor no Evangelho, ele respondeu imediatamente: “Jesus na cruz, porque ali está um deles”. Este episódio é uma evidente demonstração de qual é o ponto de vista dos pobres e da necessidade que temos de partilhar a experiência.

- 1.5 Na Carta circular 12, intitulada *“Compaixão”* refleti sobre o que afirma o V CPO a respeito da presença capuchinha entre os pobres. Nesta carta me limitarei a considerar como o VI CPO, refletindo sobre nossa presença entre os pobres como dimensão da nossa vida em pobreza, retoma e completa a visão do Conselho Plenário anterior.

### **A opção preferencial pelos pobres**

- 2.1 A opção preferencial pelos pobres, expressa claramente no V CPO (29) é uma condição necessária para que os pobres se tornem nossos mestres na escola da pobreza evangélica. Vivendo esta escolha nós assumimos gradualmente “o ponto de vista do pobre” (V CPO, 86). O V Conselho Plenário da Ordem tratou da opção preferencial pelo pobre do ponto de vista individual, como decisão pessoal de cada frade. Um capuchinho deve ser ao mesmo tempo pobre e “para os pobres” e, a fraternidade capuchinha deve ajudar os frades a acolher os pobres. O VI CPO estende a escolha dos pobres à fraternidade como tal:

“Reafirmamos com toda a Igreja a nossa opção preferencial pelos pobres que não é segundo o discernimento de cada frade mas que nos interpela como fraternidade ...” (Proposição 9).

2.2 “O que você quer que eu lhe faça?” (Mc 10, 51): é uma pergunta que o cego de Jericó com frequência ouvia, normalmente com sentido de condescendência ou mesmo de troça. Era uma pergunta à qual respondia não com toda sinceridade, interessado mais naquilo que o outro queria ouvir dizer do que a exprimir a verdade que havia no coração. Esta vez, porém, embora não vendo o rosto de Jesus, percebeu nele a compaixão da voz e suplicou: “*Mestre, eu quero ver de novo!*” Os desejos dos pobres parecem, muitas vezes impossíveis, ou até mesmo absurdos. A resposta de Jesus maravilhou a todos: “*Pode ir, a sua fé curou você*”.

Existem outros elementos importantes no encontro de Jesus com o cego, no capítulo 10 do Evangelho de Marcos. Antes de tudo o mendicante tem um nome preciso e uma história: chama-se Bartimeu, filho de Timeu. Na economia global atual, ao invés, o pobre é um homem sem personalidade, sem nome, sem rosto, sem história, nem identidade, definido somente por suas necessidades: um necessitado, uma mãe à qual faltam alimento, roupa e casa para os filhos, um jovem sem formação ou que procura trabalho, um idoso que necessita de assistência médica. Em nossa sociedade, os pobres não são seres humanos com um rosto e um nome: são antes alguns “casos”, cujas necessidades são estabelecidas pelos outros; são informados sobre o que receberão, sem antes haver a preocupação de lhes perguntar o que necessitam! A compaixão de Jesus, ao contrário, tocou profundamente Bartimeu e lhe fez confessar o desejo profundo que não havia jamais ousado admitir, nem mesmo a si próprio: “*Mestre, eu quero ver de novo!*”

A opção pelos pobres que nós exercemos “como fraternidade” deve ser marcada por esta compaixão de Jesus, nos deve envolver num serviço de total escuta de humana participação. Esta opção constitui para nós um desafio lógico e imediato:

“(Esta decisão) ... deve manifestar-se visivelmente: vivendo com os pobres ... servindo-os preferivelmente com as nossas mãos; partilhando com eles o pão e defendendo os seus direitos” (*Prop. 9*).

Somente assim os pobres se tornarão para nós pessoas e não “casos anônimos”; somente deste modo poderemos encorajá-los a manifestar suas necessidades mais profundas e a reclamar o direito à liberdade e à dignidade que lhes pertencem em virtude da criação e da redenção.

2.3 Na Carta circular “*Compaixão*” citei quatro níveis nos quais a Ordem é chamada a vier a opção pelos pobres:

- o acolhimento daqueles que batem à porta dos nossos conventos,
- o serviço social entre os pobres e a favor dos pobres,
- a inserção de algumas fraternidade entre os pobres,
- a promoção da justiça (Carta circular 12, cf. 4.3.1 - 4.3.5)

O VI CPO convida a Ordem, as Províncias e as fraternidades locais a se perguntarem como estamos vivendo a opção pelos pobres em cada um destes quatro níveis. Vivida assim, a nossa opção pelos pobres se torna um “*necessário instrumento hermenêutico para atingir o coração da nossa herança franciscana*” (*Prop. 10*). Sem esta inserção visível na realidade dos pobres é impossível para nós compreender a pobreza evangélica:

“Ser pobres com os pobres, irmanar-nos com eles é parte integrante do nosso carisma franciscano e da nossa tradição de *frades do povo* (*Prop. 9*).”

A *Proposição 10* quer garantir que sejam as fraternidades como tais a ser inseridas entre os pobres e que este tipo de experiência não conduza ao isolamento dos frades dentro da Província. Baseada sobre a convicção que a inserção não depende do “discernimento de cada frade”, mas é um compromisso assumido em nível de fraternidade provincial, a *Proposição* sugere “a

seleção atenta das fraternidades de inserção e a formação dos frades que as compõem”. Assim concebidas, as fraternidades inseridas entre os pobres são vistas como ajuda para toda Província enquanto fazem própria a cultura dos pobres para enriquecer e aprofundar a própria compreensão e prática do carisma da pobreza evangélica.

## A cultura dos pobres

- 3.1 A identificação com os pobres nas suas necessidades é certamente objeto da nossa opção por eles. Mas este não é o único, uma vez que suas necessidades enquanto tais não nos podem enriquecer. O que “nos enriquece de um ponto de vista humano” é, ao invés, o encontro com “a cultura dos pobres”. Quando assumimos “quanto de válido existe na sua forma de crer, de amar e de esperar”, gozamos de uma visão privilegiada do Evangelho de Cristo que nos habilita a “atingir o coração da nossa herança franciscana” (*Prop.* 9-10).

A parábola do mau rico e do pobre Lázaro ilustra o quanto recém disse. A afirmação que nos interessa encontra-se no fim da parábola: “... *entre nós e vocês existe um grande abismo ...*” (Lc 16,26). É claro que este “abismo” não se formou depois da morte do homem rico mas durante sua vida: “*Havia um homem rico, que se vestia de púrpura e linho fino e dava banquete todos os dias. E um pobre, chamado Lázaro, cheio de feridas, que estava caído à porta do rico*” (Lc 16, 19-20). Para o rico, Lázaro praticamente não existia: não tinha rosto, nem nome: caminhava ao seu lado sem dar-se conta da sua presença, matando a fome dos cães com alimentos melhores daqueles que, ao invés oferecia ao pobre homem. Uma situação trágica a de Lázaro que tinha relação mais estreita com os cães do que com o rico: os cães, ao menos lhe lambiam as feridas.

Mas a parábola faz compreender claramente que este abismo tinha conseqüências extremamente trágicas também para o homem rico: “*Tenho cinco irmãos ... admoesta-os para que não venham também eles a este lugar de tormentos*” (Lc 16, 28).

Uma vida feita de seguranças, privilégios e caprichos satisfeitos, transcorrida a mandar e a ter o controle sobre tudo cria uma “cultura” - um modo de ser, de pensar e de agir que, não obstante as comodidades humanas e a riqueza, com o tempo empobrece a pessoa, privando-a da capacidade de provar sentimentos e amor. De outra parte, uma vida de necessidades não satisfeitas e de inseguranças, transcorrida sempre às ordens dos outros, cria igualmente uma “cultura” própria - um modo particular de ser, de amar, de esperar. Apesar das privações e incômodos que esta cultura traz consigo - aspectos que podem humanamente abater - ela pode tornar-se uma vida rica no ponto de vista espiritual. Talvez não é significativo o fato que Lucas dê um nome próprio e uma identidade ao pobre Lázaro, enquanto o rico permanece sem nome e sem identidade? Deste modo, Lucas dá uma valorização evangélica às duas “culturas”. O VI CPO, na linha de mensagem de Lucas 16, declara que o contato com a “cultura dos pobres” é um “instrumento hermenêutico necessário para atingir o coração da nossa herança franciscana”.

- 3.2 O VI CPO propõe que cada Província “elabore e realize planos para estabelecer e verificar a nossa humilde presença entre os pobres” (*Prop.* 10). A motivação é que “participando na intimidade de sua cultura, nos tornemos membros reconhecidos desta sociedade e possamos promover integralmente o seu desenvolvimento”. Esta visão era já presente no V Conselho Plenário. O VI CPO faz um acréscimo importante: estabelece que hajam alguns planos que regulamentem a nossa presença entre os pobres para “assegurar o constante sustento das Circunscrições e a partilha fraterna das experiências”. Deste modo a nossa presença entre os pobres se torna um autêntico “instrumento hermenêutico para atingir o coração da nossa herança franciscana”.

## Um estilo de vida austero: “o mínimo necessário e não o máximo consentido” (Const. 67,3)

- 4.1 Em harmonia com a nossa tradição capuchinha, o VI CPO, ao definir o nosso acolhimento da cultura dos pobres, destacou a importância de um estilo de vida austero. Quanto a isto, talvez a afirmação mais importante do VI Conselho Plenário se encontre na *Proposição 1*: “Fundamento e modelo da nossa pobreza evangélica é Jesus, o Verbo de Deus”.

Jesus é o modelo da nossa pobreza. E Jesus é o modelo da nossa austeridade. É interessante notar que Ele não é o modelo evangélico mais austero; João Batista era muito mais austero do que Jesus. Existe, além disso, uma diferença qualitativa entre a austeridade de João Batista e a de Jesus.

A austeridade de João tinha-o levado fora da sociedade humana: a viver no deserto, longe dos homens. “*Naqueles dias, apareceu João Batista, pregando no deserto da Judéia... (Ele) usava roupa feita de pêlos de camelo e cinto de couro; comia gafanhotos e mel silvestre*” (Mt 3, 1-4). A austeridade de Jesus, ao invés, o conduz a estar à mesa com os excluídos: “*Estando Jesus à mesa em casa de Mateus, muitos cobradores de impostos e pecadores foram e sentaram-se à mesa com Jesus e seus discípulos. Alguns fariseus viram isso e perguntaram aos discípulos: por que o mestre de vocês come com os cobradores de impostos e os pecadores?*”

O fim da austeridade franciscana, imitando a de Jesus, é a identificação com os marginalizados e os pobres para viver em comunhão com eles e para “assumir o que existe de válido na sua forma de crer, de amar e de esperar” (*Prop. 9*).

- 4.2 O sexto parágrafo da Carta circular 13 evidencia como tudo isto fosse prescrito também pelas Constituições antes de 1968.

A Ordem tinha tomado como modelo de austeridade os operários da Europa ocidental e situado a vida capuchinha neste contexto social. Como o trabalhador diarista do seu tempo, os frades não exerciam nenhum ofício pelo qual fosse pago um salário fixo. Não existiam aposentadorias. Eles viviam da oferta recebida pelo ministério ocasional de pregador ou confessor, de ofertas espontâneas dos fiéis, dadas nas suas igrejas, do trabalho manual na horta ou nos campos e da esmola. A identificação da Ordem com a Europa ocidental permitia apresentar disposições muito detalhadas sobre a construção e a decoração dos conventos. Assim, as habitações dos frades eram semelhantes às dos operários do seu tempo (Carta circular 13, 6.2-6.2.3).

- 4.3 Este exemplo de austera simplicidade hoje não existe mais. Na falta de outros modelos, a *Proposição 13* aplica a toda a fraternidade a norma das Constituições (67.3) que se refere à pobreza individual: “o mínimo necessário e não o máximo consentido”. Depois de ter afirmado que “a norma das Constituições pode ser aplicada significativamente somente no contexto das sociedades em que os frades vivem”, a *Proposição 13* reconhece que não existe um modelo universal válido para todos e indica algumas normas externas comuns para a nossa pobreza vivida em fraternidade:

“Com a introdução do controle do orçamento e dos limites de gastos, as comunidades locais e a fraternidade provincial podem conter o uso dos seus recursos e dar um exemplo apropriado de moderação e também de austeridade” (*Prop. 13*).

O orçamento que estabelece o nível da nossa pobreza será necessariamente diferente de cultura para cultura:

“A inculturação da pobreza deve chegar ao *habitat*, aos edifícios, ao teor de vida, aos meios pobres no apostolado, ao nosso modo externo de nos apresentar” (*Prop. 12*).

- 4.4 Perguntamo-nos: nas nações em que o sustento mínimo é garantido pelo Estado, pode a fraternidade local identificar-se com os pobres e adotar uma espécie de “orçamento dos pobres”, baseado no mínimo oferecido pela assistência social?

Vivemos em uma época em que também sobre os tetos das casas mais miseráveis se vêem antenas parabólicas porque também os pobres são freqüentemente vítimas do consumismo; por este motivo não sempre eles nos são de ajuda para definir os elementos para excluir da nossa escolha de pobreza evangélica. Porém, tendo como base “o orçamento dos pobres”, quem sabe se não conseguiremos dar testemunho também a eles com o uso calculado e austero dos nossos recursos e que isto não nos ajude a reapropriarmos da nossa identidade de “frades do povo”? Mais: não poderemos dar também testemunho da alegria que nasce do ter abandonado as preocupações dos bens mundanos? A cupidez mata a alegria e nos torna inquietos. A simplicidade conduz à paz do coração e à liberdade. O Evangelho não diz: *entre na classe dos pobres e viva pobre como eles*, mas sim: *caminha ao lado dos pobres, aprenda suas virtudes e ensine a eles não permanecerem vítimas da pobreza, mas a ocuparem-se e enfim, tornarem-se mestres e evangelizadores daquelas que os exploram*.

Muitas nações não conseguem nem mesmo garantir a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Nestes países, se decidíssemos adotar a norma do “orçamento dos pobres” a pluri-formidade deveria necessariamente ser aplicada à mesma norma. A nossa austeridade consiste numa alegre simplicidade e não significa abraçar a miséria que aflige grande parte do mundo de hoje:

“Não pretendemos estabelecer um estilo de vida capuchinho igual para todo o mundo e, todavia é necessário que os frades em toda parte do mundo, livres da miséria, vivam uma condição de vida aceitável” (*Prop. 24*).

### **Nos passos do Cristo pobre**

- 5.1 A Igreja é chamada a revelar Jesus ao mundo “através de uma vida pobre, sem poder e dependente daquele mesmo mundo que foi mandada a salvar” (cf. parágrafo 1.2). A *Proposição 11*, com força faz eco a este desafio do Evangelho de Mateus:

“Este modo de ser e de viver, sem poder e totalmente indefesos, não é para Francisco uma modalidade ou uma condições para a evangelização, mas é já em si mesmo evangelização” (*Prop. 11*).

A *Proposição 11* conclui afirmando que a cultura dos pobres também tem condições de ensinar-nos como proclamar o Evangelho: “(Devemos ser) mais disponíveis em deixar-nos ensinar pelos pobres e a repor nossa confiança somente em Deus”.

- 5.2 O VI Conselho Plenário pede à Ordem para examinar atentamente os seus instrumentos de anúncio do Evangelho:

“... devemos nos esforçar para utilizar modelos de evangelização menos ligados à força e à segurança que derivam da quantidade e riqueza dos meios ...” (*Prep. 11*).

É interessante e talvez profético para nossa Ordem o fato que a Igreja tenha decidido beatificar fr. Nicolau de Gésturi quase exatamente um ano após a conclusão do nosso VI CPO. Fr. Nicolau era o clássico esmoler da Ordem. Conhecido como “Frade Silêncio” percorreu serenamente as ruas de Cágliari, na Sardenha, por 34 anos. O biógrafo descreve assim os efeitos da sua passagem silenciosa:

“Já se havia tornado uma necessidade para todos fazer uma pausa para confiar-lhe um sofrimento pessoal ou uma dificuldade na família ... E ele, na sua humildade e paciência, escutava a todos e a todos consolava com uma simples palavra, um gesto, uma promessa de oração. Ele já se havia tornado uma “presença indispensável”. (Luciano Cossu, *Beato fr. Nicolau de Gés-turi*, p. 9).

- 5.3 Sem dúvida, em nossos trabalhos, dá-se com muita frequência a prioridade à eficiência. Por exemplo, a maior parte dos frades que têm o uso exclusivo e pessoal de um carro, justificam este fato com os compromissos do apostolado. Honestamente devemos admitir que bem poucos recusam o uso destes meios de transporte para dar testemunho evangélico de pobreza e minoridade.

“Os capuchinhos puseram em maior evidência ... **a aproximação do povo** ... Tais valores, vividos em fraternidade... possuem grande força de testemunho evangélico e de impulso à promoção dos mais fracos” (*Prop. 5*).

Tendo tido a alegria e oportunidade de aproximar-me da vida e do ministério de milhares de frades em mais de 90 nações do mundo, me dei conta mais claramente de que as nossas fraternidades devem buscar desenvolver novos critérios para o uso dos meios de transporte. Esta simples regra pode ser de ajuda: “*Usemos os meios de transportes que nos aproximam mais do povo*”. Dito em palavras pobres isto significa: não usar o avião quando basta o trem. Não usar o carro quando basta um meio de transporte público. Não usar o carro se basta uma bicicleta. Não usar a bicicleta se basta andar a pé. Esta norma pode servir de ajuda também para julgar o tipo de carro apto aos frades, considerando que a prospectiva não é somente a financeira. Uma variante da norma sugerida acima poderia ser: “*Demos preferência a um carro que nos aproxime mais da gente comum*”. Em geral, quanto mais rico é o carro é mais difícil manter o contato fraterno com o povo; quanto mais pobre é o carro, menos o povo se sente distante de nós. Como disse, o custo não é o único critério a considerar.

Se é necessário buscar novos critérios de pobreza e minoridade para os meios de transporte, deveremos fazê-lo também para os outros instrumentos do nosso apostolado. Quantas vezes as pessoas ficaram edificadas pelos pregadores capuchinhos das missões populares, não somente pelo modo de pregar, mas também pelos relacionamentos alegres e fraternos que havia entre eles! A tradição capuchinha nos ensina que os valores evangélicos da nossa vida fraterna anunciam o Evangelho de Cristo de maneira mais eficaz do que tantos outros instrumentos de evangelização. Isto dá às fraternidades locais amplo material para a reflexão comunitária.

- 5.4 “A nossa solidariedade para com os últimos e os sofridos se exprime bem também em estruturas/obras sociais e caritativas” (*Prop. 15*). Lendo paralelamente a *Proposição 11*, poderemos acrescentar esta reflexão: “Os pobres não são evangelizados pelo poder mas pela fraternidade”. Este é um apelo para nós a transformar o nosso apostolado social de uma série de serviços oferecidos aos mais necessitados na expressão da nossa solidariedade e da nossa fraterna inserção entre eles. Na carta *Compaixão* sublinhei este aspecto importante: que haja uma fraternidade a serviço dos necessitados, uma fraternidade em que ao menos alguns frades sirvam aos pobres com as suas próprias mãos (Carta circular 12 - 4.3.2)

Um outro importante componente desta transformação é a administração fraterna dos nossos projetos sociais também no aspecto econômico. Quando a administração do dinheiro é confiada a um só frade é mais árduo viver a comunhão: muito facilmente o dinheiro se torna instrumento de poder pessoal. A pobreza evangélica requer, ao invés, a renúncia também ao poder econômico individual. A administração fraterna do dinheiro constrói a comunhão.

## Os meus olhos viram a salvação

- 6 Os santos esposos Maria e José, para os quais não havia lugar no hotel de Belém, são, com certeza incluídos entre os pobres. Quando entraram no recinto do templo a sua pobreza era visível a todos: José trazia um par de rolas ou dois pombinhos, como oferta dos pobres (cf. Lc 2, 24). Como a silenciosa passagem do Beato fr. Nicolau pelas ruas de Cágliari, a humilde entrada da Sagrada Família foi uma proclamação de esperança e de amor:

“Simeão tomou o menino nos braços e bendisse a Deus: agora deixa o teu servo ir em paz, segundo a tua palavra pois os meus olhos viram a tua salvação ...” (Lc 2, 18-30).

Neste tempo de Natal, enquanto refletimos sobre nosso chamado à pobreza evangélica, o Verbo de Deus nos convida, individualmente e em fraternidade, a aproximarmos-nos das famílias pobres que vivem entre nós, como Simeão se aproximou da Sagrada Família que vinha de Belém. A aproximação à cultura dos pobres nos leva ao coração da nossa herança franciscana (cf. *Prop.* 10), tornando a nossa vida luz para todas as nações.

Fraternalmente,



*fr. John Corriveau*  
fr. John Corriveau, OFM Cap.  
Ministro geral

Roma, 2 de dezembro de 1999

Beata Maria Ângela Astorch  
Clarissa Capuchinha



### **Perguntas para a reflexão pessoal**

1. As exigências da minha atividade apostólica nunca entraram em conflito com a aproximação aos pobres?
2. Até que ponto partilho a sorte dos pobres deste mundo ?

### **Perguntas para o diálogo fraterno**

1. Referindo-se à pobreza no uso dos bens e do dinheiro, as nossas Constituições (67,4 e 5) afirmam que a fraternidade deveria fazer freqüentemente uma reflexão em comum sobre este assunto no capítulo local. Quantas vezes nos empenhamos a fazê-lo neste último ano? O que emergiu destas reflexões?
2. Que decisões podemos tomar comunitariamente para nos aproximar dos pobres?